



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
ASSESSORIA CLIC

**Objeto:** Contratação de serviços contínuos de supervisores administrativos e engenheiros, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

**Assunto:** pedido de impugnação. Decisão.

1. Cuidam os autos do PE 90011/2026 para contratação de serviços contínuos de supervisores administrativos e engenheiros, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cujo edital do certame foi publicado com previsão de abertura da sessão para as 10h do dia 18/06/2026.
2. O instrumento convocatório dispõe que
  - 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
  - 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
3. O inciso [LX do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021<sup>\[1\]</sup>](#) apresenta o conceito de agente de contratação destacando que é parte de suas atribuições **executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação**.
4. O [art. 14 do Decreto nº 11.246/2022<sup>\[2\]</sup>](#) e o [art. 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022<sup>\[3\]</sup>](#) trazem o rol de atuação do agente de contratação, destacando-se a condução e coordenação da sessão pública da licitação, incluindo receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e **requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos**, caso necessário.
5. Considerando o teor do pedido de Impugnação 3 (SEI nº 53528071) e da manifesta incipiência deste pregoeiro quanto aos aspectos técnicos, requisitei subsídios formais aos responsáveis da área técnica pela elaboração do Edital e seus Anexos para encaminhar a resposta solicitada pelo interessado (SEI nº 53530556).
6. Em resposta, a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) manifestou-se nos seguintes termos, conforme se verifica no Despacho 485 - resposta à impugnação 3 - (SEI nº 53590463):

**Despacho 485 - resposta à impugnação 3 - (SEI nº 53528071)**

Em atenção ao Despacho nº 325 (53530556) e ao Pedido de Impugnação nº 3 (53528071), apresentam-se as considerações desta Equipe de Planejamento da Contratação acerca dos questionamentos formulados pela interessada.

A impugnante questiona a utilização do valor global estimado da contratação como base de cálculo para aferição do Capital Circulante Líquido (CCL) e do Patrimônio Líquido Mínimo, sustentando que os valores destinados a diárias e passagens possuem caráter eventual e, por essa razão, não deveriam compor os referidos cálculos.

As exigências de qualificação econômico-financeira constantes do edital foram estabelecidas em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017 e com a jurisprudência consolidada do

Tribunal de Contas da União aplicável às contratações de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

Destaca-se que os critérios adotados no instrumento convocatório foram extraídos do modelo de Termo de Referência disponibilizado pela Advocacia-Geral da União para contratações dessa natureza, observando-se as orientações constantes das respectivas Notas Explicativas.

No que se refere à utilização do valor global estimado da contratação para fins de aferição do Capital Circulante Líquido e do Patrimônio Líquido Mínimo, esta Administração adotou a metodologia prevista no referido modelo da AGU, considerando que tais requisitos possuem a finalidade de verificar a capacidade econômico-financeira das licitantes para suportar todas as obrigações potencialmente decorrentes da execução contratual.

Nesse sentido, o valor estimado da contratação contempla a integralidade das despesas previstas para a execução do objeto, incluindo os valores estimados para diárias e passagens. Embora a efetiva utilização desses itens esteja condicionada às necessidades da Administração durante a execução contratual, tais despesas integram o escopo do objeto, compõem o orçamento estimativo da contratação e representam obrigações que poderão ser assumidas pela futura contratada ao longo da vigência do ajuste.

Assim, esta Equipe de Planejamento entende que a exclusão dos valores destinados a diárias e passagens da base de cálculo do Capital Circulante Líquido e do Patrimônio Líquido Mínimo resultaria em avaliação dissociada da efetiva dimensão econômico-financeira da contratação, uma vez que tais parcelas integram o montante global de recursos estimados para a execução do objeto.

**Diante do exposto, esta Equipe de Planejamento da Contratação entende não haver fundamento para alteração das disposições editalícias questionadas, manifestando-se pela manutenção dos critérios atualmente previstos no instrumento convocatório.**

Considerando que a impugnação versa sobre requisitos de qualificação econômico-financeira, encaminham-se os autos à Coordenação-Geral de Administração e Aquisições – CGAQ para manifestação acerca dos argumentos apresentados pela impugnante, bem como para auxiliar esta Equipe de Planejamento na análise da matéria, em razão de sua competência técnica relacionada aos aspectos econômico-financeiros da contratação.

7. Ante o exposto, informa-se a EPC que a área de competência técnica do MAPA relacionada aos aspectos econômico-financeiro é a Coordenação de Contabilidade - CCONT.

8. Em face do exposto e considerando que a EPC possui a *expertise* do objeto da pretensa contratação, considerando que a EPC foi responsável pelo planejamento da contratação e pelo estudo e inclusão da Planilha de Preços e Formação de Custos para aferição da exequibilidade dos preços, **ACOLHO** a manifestação da EPC contida no **Despacho 485 (SEI nº 53590463)** e, no mérito, **INDEFIRO** o pedido de Impugnação 3 (SEI nº 53528071).

**EDSON MARQUES FILHO**

Agente de Contratação/Pregoeiro

Portaria SPOA/MAPA nº 1.070/2026

[1] LX - agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

[2] Art. 14. Caberá ao agente de contratação, em especial:

[...]

III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;

[3] Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.



Documento assinado eletronicamente por **EDSON MARQUES FILHO, Pregoeiro(a)**, em 17/06/2026, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **53598052** e o código CRC **494EDD23**.

**Referência:** Processo nº 21000.074428/2025-25

SEI nº 53598052